



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024

ATA N.º 1/2024

(CONTÉM 18 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de vinte de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório Municipal, pelas dez horas e quinze minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 25 de setembro e 15 de dezembro de 2023;
4. Aprovação da delegação de competências no domínio da educação – D.L. 21/2019, de 30 de janeiro;
5. 4.ª Alteração ao orçamento para 2024, que compreende a 1.ª alteração permutativa ao orçamento da receita. Tomada de conhecimento;
6. Aprovação da modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovial Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 – terceira modificação ao contrato;
7. Pedido de colocação de sinalização de trânsito – Rua Nova do Caminho de Prado – Sendim;
8. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Cristina Maria Teles de Sousa Martins, em substituição de Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Fernando Vaz das Neves,



Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, Dalila Valentim, em substituição de António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Pedro Velho Ferreira, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Vera Lúcia Alves Ruano, Emanuel Pinto Bernardo, Emanuel David Carção, Urbino Anjos Correia, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Lísis Fernandes Gonçalves, António Preto Mamede.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo, Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana.

Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e quinze minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à reunião apresentando os seus cumprimentos a quantos se apresentaram na reunião e, dando início aos trabalhos, passou à ordem do dia.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se a esta Assembleia, inquiriu os membros presentes no sentido de averiguar se pretendiam inscrever-se para intervir neste ponto, inscrevendo-se o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e prosseguiu, dizendo que gostava de dar a conhecer à Assembleia a saída do despacho 1294 de 2024, que constitui a equipa multidisciplinar, que em boa hora veio, para a elaboração de um plano



Handwritten initials and a signature in blue ink.

para a promoção da Língua Mirandesa e também para fazer um estudo para a constituição do Instituto da Língua Mirandesa. Expôs que se trata de uma equipa multidisciplinar constituída por vários elementos em representação de diversas entidades governamentais, nomeadamente, o Instituto Camões, a Associação da Língua Mirandesa, a Câmara Municipal, e um representante do Agrupamento de Escolas, sendo que, têm até ao fim de julho para apresentar este plano que muito pode contribuir para o desenvolvimento e para a promoção da Língua Mirandesa.

Também deu a conhecer a questão do prémio da Língua Mirandesa, instituído pelo Aníbal Fernandes, que é um prémio que prevê atribuir uma semana com tudo pago num país estrangeiro, e que foi atribuído este ano aos dois alunos com a média mais alta, que se candidataram com Língua Mirandesa. Comentou que, o referido prémio contempla dez alunos que viajarão para a Holanda com tudo pago, nas próximas férias da Páscoa, agradecendo à família Smith Berger Fernandes por essa atribuição.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia intervir e não se tendo manifestado mais nenhum dos membros presentes, passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se a todos os que se encontravam na reunião apresentou os seus cumprimentos, e proseguiu apresentando um pedido de desculpas, em nome da Sr.^a Presidente da Câmara, por não poder estar presente nesta reunião, devido a motivo de nojo, tendo falecido dois dos seus familiares, em primeiro grau.

Deixou aqui mais uma informação, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, lembrando que a Clara Martins renunciou ao mandato na Assembleia Municipal, e conseqüentemente saiu do Conselho Municipal da Juventude. Assim sendo, veio propor para ficar no lugar da Clara Martins, o Deputado Pedro Velho, 1.º Secretário nesta Assembleia, e para o lugar deste no Conselho Municipal da Juventude, seria designado o Presidente da JSD, Miguel Gonçalves.

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que este assunto deve ser tratado na próxima reunião, até porque é necessário informar os membros desta assembleia com antecedência para que avaliem esta proposta e depois votem.

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu continuação aos trabalhos passando ao ponto seguinte da ordem do dia.

2. Período antes da ordem do dia.



O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros desta Assembleia expusessem os assuntos que achassem apropriado debater neste período, tendo sido efetuada a inscrição dos membros que a seguir se indicam: Nélio Seixas, António José Ribeiro, Jorge Jacoto Lourenço, António Santos, e Luís Santiago.

O **Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela**, Nélio Seixas, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Presidentes de Junta de Freguesia, e o público em geral.

Dirigindo-se ao Executivo Municipal, disse que pretendia deixar uma palavra a respeito de uma questão que já tinha abordado pessoalmente junto do Executivo Municipal.

Referiu que se trata de uma questão que também pode interessar aos demais colegas Presidentes de Junta, que é, concretamente, a falta de regulamentação da viação rural nas freguesias.

Afirmou que, aborda esta questão porque recentemente na União de Freguesias de Iфанes e Paradela fez um grande investimento em caminhos rurais, que terão ficado relativamente bem, ou muito bem arrançados, e acontece que, um industrial da madeira, um madeireiro, na sua atividade profissional, a que considera ter todo o direito a exercer, e que com os veículos que pesam muitas toneladas, e que têm umas rodas enormes, e pelo facto dos caminhos também estarem molhados nesta época, destruiu tudo o que foi feito nos caminhos da sua freguesia, bem como, destruiu estradas, destruiu outras coisas, e que, esta questão o preocupa-o um bocado, porque as Juntas de Freguesia não têm forma de se salvaguardar relativamente as estas questões e outras semelhantes. Mencionou que, o Executivo também lhe transmitiu que não tem forma de salvaguardar estas situações, e que queria deixar aqui este alerta do Executivo, para que seja criado um regulamento municipal que salvaguarde estas questões. Tem conhecimento de que muitos municípios têm criando regulamentação para este efeito, para obrigar os madeireiros, assim como outras empresas, a prestar cauções, para garantir que deixam os caminhos ou as vias conforme as encontraram.

Transmitiu que, tem conhecimento que isso também aconteceu noutras freguesias, e que lhe parece ser algo simples de resolver, criando um regulamento municipal para salvaguardar essas questões.

O **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa**, António José Ribeiro, cumprimentos todos os que se encontravam nesta reunião e continuou a sua intervenção, reforçando a intervenção do seu colega Presidente de Junta da União de Freguesias de Iфанes e Paradela, que também na



4

A

Freguesia da Póvoa foi feito esse trabalho dos madeireiros, sendo que, realmente, os caminhos ficaram intransitáveis. Sem embargo, a própria empresa se ter responsabilizado pela retificação dos danos provocados, e espera que isso realmente aconteça sempre, mas que, aguardarão essa solução da implementação de um regulamento adequado a estas questões.

Mencionou, relativamente ao procedimento 8000 Habitantes 8000 Árvores, que foram plantadas árvores ao longo da estrada que liga a Póvoa ao Naso, observando que, não foi respeitada a faixa de segurança de incêndios, ou seja, as árvores foram plantadas distam entre seis a sete metros, ao longo da estrada, referindo que já tinha tido oportunidade de conversar com a técnica da Câmara, a Eng.^a Ana Esteves, que por sua vez, lhe transmitiu que iria informar a empresa que tem estado a fazer esse trabalho.

Lembrou que, a Câmara Municipal, há relativamente pouco tempo, investiu na desmatção das faixas de segurança contra incêndios, e agora vem uma empresa privada plantar árvores em cima das estradas. Comunicou, que a Junta de Freguesia da Póvoa tem andado a fazer a desmatção dos caminhos, e que, foram utilizadas máquinas com caço, sendo que, os caminhos estavam em condições, as máquinas foram levadas pelos caminhos, chegaram ao local e plantaram as árvores. Parece-lhe incorreto que, a Junta de Freguesia da Póvoa esteja neste momento a fazer esse investimento, de alargamento dos caminhos, negociando com os proprietários dos terrenos para que os caminhos tenham maior dimensão, atendendo a que, hoje em dia as máquinas agrícolas cada vez são mais volumosas dificultando a sua circulação pelos caminhos agrícolas, e para facilitar o acesso a essas máquinas está a ser feito esse trabalho. E que, portanto, essa questão já foi por ele transmitida à Eng.^a Ana Esteves, que se comprometeu a transmitir essa mensagem à empresa que executou esses trabalhos, e que, até à data ainda nada foi feito a esse respeito.

Relativamente às últimas árvores que foram plantadas, referiu que, o mais grave foi terem plantado árvores em terreno particular. Comentando que, o proprietário do terreno lhe terá dito que dirigir-se-ia à Câmara a apresentar queixa, sendo que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia não teve conhecimento da colocação dessas árvores, nem em nos caminhos, nem em terrenos particulares.

Informou, que o proprietário lhe disse que iria transmitir isso ao Executivo da Câmara que não há problemas, estando interessado em que as coisas se resolvam.

No entanto, considera que o mais grave é o facto de existir uma autarquia local, nomeadamente, a Junta de Freguesia e o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, para orientar empresas que



LF

A

vêm de fora, que não conhecem o território, e que, podiam usufruir da ajuda e orientação da Junta de Freguesia, podendo eventualmente colaborar na plantação dessas mesmas árvores, e a empresa que fez a plantação dessas árvores, nem sequer entrou em contacto com a Junta de Freguesia. Referiu que, teve apenas conhecimento desse facto quando os residentes na sua freguesia o alertaram para isso, sendo que, quando fizeram esse trabalho na Póvoa não se encontrava lá, e que, quando chegou constatou que realmente tinham sido plantadas uma série de árvores em determinados locais daquela freguesia, inclusivamente numa zona ajardinada.

Expôs que, a Junta de Freguesia faz constantemente a limpeza daquela zona e que a empresa chegou ao local e viram aquele espaço tão limpo, e plantaram as árvores.

Aludiu que, se acaso essas árvores foram plantadas para segurar as correntes das águas das ribeiras, que isso tem que ser feito em locais estratégicos, não em zonas ajardinadas, onde nem sequer a água chega lá a passar.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, cumprimentou todos os presentes, deixou uma palavra de solidariedade para com a Presidente da Câmara Municipal, Helena Barril, por este momento difícil que está a atravessar, juntamente com a sua família, e de uma forma singular, deixou uma palavra de apreço e de solidariedade para com ela.

Também subscreveu aquilo que já aqui foi dito relativamente à questão dos caminhos, elucidando que também na Freguesia de Picote aconteceram situações idênticas a essas que anteriormente foram relatadas, afirmando que têm que estar atentos quanto a essas ocorrências.

Pensa que, tudo aquilo que possa ser feito para ajudar as Juntas de Freguesia a tomar medidas, ou a criar instrumentos que permitam salvaguardá-los destas situações, que serão ótimas. Ainda a respeito desta questão, disse que, isto se levanta não só relativamente à questão do madeireiro que andou aí, mas também, relativamente a outras situações, tais como, a circulação dos veículos todo o terreno e os motares, que andam por aí e que muitas vezes danificando as coisas, portanto, tudo o que tiverem de instrumentos, pensa que será ótimo, se possível, acha que é salutar que isso se possa fazer.

Felicitou e agradeceu ao município o facto de ter sido dado início aos arranjos urbanísticos de Picote, que estão já a decorrer e agradecer por esse facto, e afirmando que o Executivo Municipal pode contar com a sua disponibilidade, enquanto Presidente de Junta, para, juntamente com os serviços técnicos, poderem aproveitar e fazer uma obra que dignifique a todos.



Handwritten signature in blue ink.

Declarou que, sempre que participe nas reuniões deste órgão deliberativo levantará essas questões, mas que, também considera ser sua obrigação de, quando as coisas estão bem, deixar aqui esse registo.

Mais uma vez, perguntou a respeito das ARUS, quando serão instaladas em Picote e no Barrocal do Douro, e talvez em outros locais do Concelho. Acha que seria pertinente tal acontecer, pelos motivos que enumerou em reuniões anteriores. E, por último, perguntou a respeito do programa Primeiro Direito, que é um processo que já se prolonga há algum tempo, referindo que, foi feita uma visita à sua freguesia, pelos técnicos da Câmara Municipal às habitações que seriam objeto de intervenção, e que, tem sido questionado a esse respeito, por parte de alguns dos potenciais interessados, e gostaria de saber qual é o ponto da situação do Programa 1.º Direito, porque o tempo passa e as coisas precisam de ser acauteladas.

O **Deputado António Santos**, fez referência à importância da questão do 50.º Aniversário do 25 de Abril, comentando que vão ser desenvolvidas uma série de atividades no nosso Concelho, nomeadamente, nas escolas. Sendo que, uma das atividades tem a ver com um autor português, natural de Bemposta, Jorge Afonso, que escreveu um livro muito interessante, intitulado, "Os Filhos da Raia", que aconselhou a todos a lerem, pois passa-se nesta região.

Expôs que, o livro tem a ver com os tempos antes do 25 de Abril, do contrabando, da emigração para França, e que, dá um bom retrato do que era a vida antes, e felizmente, também fala do que é a vida depois do 25 de Abril. Informou que, o referido autor vai estar na escola em abril, convidando a todos os presentes a participar numa sessão com os alunos e com o escritor, pois, parece-lhe importante divulgar este tipo de iniciativa, com importância local.

Referiu que, ao longo da obra, que se lê de uma só vez, porque foi muito bem escrita e é muito interessante, o autor faz referência no fim, a uma situação que gostava de referir, retrata a viagem do Porto para Bemposta que, ao fim ao cabo, é a viagem do Porto para Miranda, pela A 4 e depois pelo IC 5, o autor vem na A4, e de repente, escreve, "vi a placa a dizer Miranda do Douro", e depois virou pelo IC 5. Elucidou que a verdade, é que o autor melhorou a realidade, porque essa placa a que se refere não existe. Comentou que, se reparássemos ao fazer a viagem aquilo que vemos é uma deturpação daquilo que é o nome de Miranda do Douro, que está na A4, "*Miranda D.ro*", o considera ser uma treta, porque, quem é daqui conhece, mas quem for de fora não compreende o que ali está. Dizendo que, já há muito tempo que tinha reparado nisso e achou piada por ver isso escrito no livro, e opina que deve ser feita algo para que aquilo fosse corrigido, afirmando que



Handwritten initials and a signature in blue ink, including a large 'A' and a circular mark with 'U.P.' inside.

as placas colocadas na A4 deviam conter "Miranda do Douro", porque é o destino final do IC5 e não devia lá constar uma abreviatura, porque lhe parece que estão a gozar connosco. Sempre achou isso, desde que aquilo foi feito, lembrando que, é preciso entrar, de facto, no IC5 para ver uma placa com o nome "Miranda do Douro" completo.

Considera que, é importante clarificar esta questão a todos os níveis, porque vêm turistas, vem gente de fora, vem gente que nunca aqui esteve e ver aquela indicação é, de alguma forma, menosprezar o nome de Miranda e a nossa região.

O Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago, cumprimentou todos os participantes na reunião e deu continuidade à sua intervenção colocando algumas questões.

A primeira questão colocada é relacionada com o seguro municipal de saúde, mencionando que lhe tem chegado dos munícipes, dos seus fregueses, que toda a gente está maravilhada com a forma como o seguro tem estado a funcionar, porque funciona muito bem. Afirmou que, esse é o feedback que tem tido tanto de pessoas com mais idade, como de pessoas jovens que têm ido fazer consultas de especialidade através do seguro municipal de saúde, mencionando que dizem maravilhas, e, portanto, parabenteou o Executivo Municipal por esse facto.

Recordou que, a implementação do seguro de saúde municipal foi uma promessa eleitoral e que está a funcionar bem, espera que, se houver alguma coisa a ajustar que seja ajustada, em todo o caso, expressou mais uma vez felicitações.

Falou a respeito da Cooperativa de Sendim, comentando que toda a gente sabe que a Cooperativa Ribadouro se encontra numa situação difícil, e que tem havido reuniões para ver se conseguem eleger uma nova Direção.

Relativamente a este assunto, disse que, a Junta de Freguesia pouco ou nada pode fazer, mas que, têm vindo a reunir com algumas pessoas no sentido de conseguir criar uma nova Direção, mas que se torna difícil porque toda a gente está a par da realidade atual da referida cooperativa, não obstante as pessoas não tenham medo de assumir os cargos, mas sim falta de tempo, que é, o que considera ser neste caso preciso, nos primeiros tempos.

Manifestou a sua disponibilidade, tanto a nível particular, como enquanto Presidente de Junta, afirmando que estará sempre disponível para ajudar na formação da nova Direção para a cooperativa vitivinícola.

Quanto ao assunto apresentado pelo Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela, referiu que a União de Freguesias de Sendim e Atenor tem um processo a decorrer contra uma



48

A

empresa de desmatção. Pondo os membros desta assembleia ao corrente do que se tinha passado, expondo que começaram em Atenor, onde destruíram os caminhos todos, partiram a conduta de água que liga Atenor a Teixeira, que esteve durante uma semana a correr, referiu que há testemunhas, as quais já foram ouvidas. Referiu que se está a falar de muitos euros investidos pela Junta de Freguesia que foram deitados fora, porque os caminhos estavam bem arrançados e ficaram completamente destruídos, dizendo que é difícil circular agora lá, porque não se conseguem arranjar, e que, para a Junta de Freguesia vai ser impossível a curto prazo arranja-los. Referiu que está a decorrer um processo nesse âmbito, e espera que daí advenha algum benefício para a Junta de Freguesia.

O **Deputado António Santos** solicitou novamente o uso da palavra para dizer que, foi publicado também, há dias, um outro livro que se intitula "Paisagens Construídas", de Valdemar Cruz, na área da arquitetura, onde são identificadas as dezasseis obras de arquitetura mais importantes do século XX, em Portugal, com o envolvimento dos melhores arquitetos portugueses. Sendo que, uma das obras aí referidas é precisamente a construção da barragem de Picote e todo o envolvimento de Picote, o que considera muito honroso, observando que veio, mais uma vez, trazer mais valias para aquilo que é a nossa riqueza construída em Miranda do Douro, nomeadamente em Picote, e no Barrocal do Douro, e que lhe parece extremamente importante. Tomou conhecimento de que, vão fazer a apresentação dessa obra literária no Barrocal, e acha que era algo a que todos deviam associar-se, para homenagear esse trabalho e a própria estrutura ali existente.

O **Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo a palavra ao Executivo Municipal perguntou se pretendiam intervir, ao que o Vice-Presidente se manifestou afirmativamente.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu sucintamente às questões abordadas pelos membros que integram esta Assembleia Municipal que intervieram neste período.

Relativamente ao regulamento a criar no âmbito da destruição dos caminhos rurais, disse que o Executivo Municipal já tinha conversado com a Eng.^a Florestal da Câmara para tratar de elaborar esse regulamento, juntamente com a Jurista da Câmara e o Arquiteto Fernando Silva, os quais estão já a tratar desse assunto, no sentido de pôr o regulamento em prática o mais breve possível. Referiu que, tem acompanhado essa questão de perto, e que, inclusivamente, o município, também teve esses mesmos problemas, devido à conduta de água, e simplesmente empresa não quis saber, nem sequer fizeram caso da chamada de atenção que lhe foi feita.



Handwritten signature in blue ink at the top right of the page.

Informou que, a GNR local, já foi falar com os trabalhadores dessa empresa, e acabam por mudar de sítio, ou vão embora e não dão satisfações a ninguém, e até deixam de atender os telefones. Relativamente ao projeto oito mil habitantes oito mil árvores, comentado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, respondeu que, talvez quisesse referir-se ao projeto de despoluição do Rio Fresno, porque é a empresa que está a trabalhar no âmbito desse projeto que está a plantar as árvores, dando toda a razão ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, porque, a base de dados não faz sentido nenhum, que plantem as árvores à beira da estrada, assim como, em terrenos privados.

Tem conhecimento de que o projeto, oito mil habitantes oito mil árvores, foi acompanhado por todos os Presidentes de Junta de Freguesia, mencionando que esse projeto se destina apenas a replantar zonas de baldios e zonas queimadas.

Contestou a intervenção da empresa, dizendo que, se as árvores junto às estradas são cortadas, devido ao perigo dos incêndios, vem a essa empresa e voltam a planta-las, a respeito do que opina que isso não faz nenhum sentido. Transmitiu que é a primeira vez isso acontece, assegurando que ainda hoje entrará em contacto com a empresa para averiguar o que se passa.

Explicou que, nas ribeiras, do processo da despoluição do Rio Fresno, a plantação de árvores tinha distância estipulada, e que foram escolhidas umas determinadas espécies de árvores, porque é efetivamente a parte ambiental que está a tratar disso, mas que, se vai informar.

Quanto à criação de ARUS, respondeu que o Município de Miranda do Douro tem o PDM pronto, e que todos os pareceres solicitados são favoráveis condicionados, sendo que, neste momento está na CCDR-N, o prazo para concluir esse processo terminava em 2025, mas que, entretanto, o prazo foi alargado para 2027, e que, por esse motivo as pessoas deixam andar, mas que, no entanto, vai informar-se da possibilidade de criar mais ARUS neste concelho, sem ter que alterar o PDM.

No que respeita ao programa 1.º Direito, disse que, o Município tem estado a trabalhar. Relativamente às casas do município, referiu que já foi elaborado o caderno de encargos, e vão ser lançados os projetos até março do ano em curso, para que em junho seja feita a candidatura dos fogos que vão ser, efetivamente, intervencionados. Dos beneficiários diretos, transmitiu que, foi contratada uma empresa pelo município, que vai começar a trabalhar amanhã, e que, vai passar por todos os beneficiários diretos que estão inscritos para verificar se as casas estão registadas no nome deles, se e estão registadas na Conservatória do Registo Predial. Verificar também, quais



CF

A

são os trabalhos que é necessário fazer para depois elaborar o caderno de encargos para os projetos. Ainda a este respeito mencionou que, o Executivo Municipal prevê que até ao final deste ano, todas essas candidaturas fiquem prontas.

Referindo-se à celebração do 50.º Aniversário do 25 de Abril, disse que, sempre que possível o município colabora, e apoia os autores dos livros adquirindo alguns exemplares aquando do lançamento dos mesmos. Assegurando que, se o Executivo Municipal for convidado para a apresentação dos livros que lá estará representado.

Quanto ao seguro de saúde municipal, respondeu que, efetivamente, está a funcionar bem, mas que, o Executivo gostaria que viesse a funcionar muito bem, não no sentido de vir a suplantar o Serviço Nacional de Saúde, porque não é isso que o Executivo pretende, mas sim, que venha complementar o Serviço Nacional de Saúde.

Quanto à Cooperativa Vitivinícola de Sendim, comentou que, certamente surgirá uma nova Direção, e depois avançará e fará os trabalhos que tiver que fazer para a Comunidade Agrícola deste Concelho.

No que se refere aos caminhos rurais, afirmou que, é como tinham transmitido os intervenientes. Relativamente à placa de indicação da direção de Miranda do Douro disse que nunca me tinha apercebido disso, mas que, o Vereador Vítor Bernardo certamente tratará dessa questão.

Terminadas as intervenções dos membros inscritos, assim como as intervenções dos membros do órgão executivo, que responderam às questões expostas pelos membros deste órgão deliberativo, o Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto que se segue.

3. Aprovação das atas das reuniões realizadas a 25 de setembro e 15 de dezembro de 2023.

O **Presidente da Assembleia Municipal** elucidou os presentes a propósito das atas, que dada a extensão da ata da reunião de quinze de dezembro de dois mil e vinte e três, só ontem foi enviada, e tendo sido enviada na versão original. Ou seja, normalmente quando as atas são produzidas pela Secretária que as redige, são enviadas para os membros da Mesa da Assembleia, para serem lidas, e eventualmente corrigidas pelos três elementos que constituem a mesa da assembleia, por forma a minimizar pelo menos as gralhas que possam existir, referindo que, desta vez isso não foi possível.

Entretanto, apurou da intenção dos membros desta Assembleia Municipal intervirem neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos, e o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço.



Handwritten signature and initials in blue ink.

O **Deputado António Santos**, disse que entende referindo que na ata de quinze de dezembro constam algumas coisas que têm que ser corrigidas, transmitindo que não se trata do conteúdo da ata, mas sim da sua estrutura e da forma.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, assim sendo, talvez se pudesse aprovar essa ata de quinze de dezembro à condição, com o que todos os membros presentes nesta reunião concordaram.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, não quis apresentar intervenção, por ter-se dado por esclarecido em relação à referida ata.

Concluída a explanação efetuada pelo deputado supracitado, bem como, o escalamento do Presidente da Junta de Freguesia de Picote, pôs a votação as atas indicadas em intitule, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade dos membros presentes em cada uma das reuniões, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com as correções propostas pelos membros que as apresentaram.

4. Aprovação da delegação de competências no domínio da educação – D.L. 21/2019, de 30 de janeiro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os presentes para averiguar a intenção dos membros desta assembleia para dissertarem a respeito do assunto mencionado em epígrafe, inscrevendo-se o Deputado António Santos.

O **Vereador Nuno Rodrigues** referiu que, a transferência de competências vai funcionar como funcionava no ano anterior, considera que funcionou muito bem, e que, tem havido uma boa colaboração entre o município e a escola. Afirmou que, não têm muito para melhorar, e que, assim sendo, se pretende continuar com essas competências na escola.

O **Deputado António Santos** declarou que, tem funcionado bem em termos de delegação de transferência de competências, depararam-se com algum problema com o pessoal.

Propôs que, este ponto, a manter-se nos próximos anos tem que vir em dezembro, porque agora já é tarde, pois as transferências só podem começar a partir de agora, e a escola está sem dinheiro desde janeiro. Portanto, convém que nos próximos anos isto passe para dezembro, para que as coisas comecem com mais tempo.

Referiu que, os serviços só podem processar transferências a partir do momento que é aprovado aqui na Assembleia Municipal, e que está previsto na Lei, e, portanto, depois, acaba por atrasar um bocadinho as contas do primeiro trimestre, o que levanta algumas questões.



[Handwritten signature]

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** afirmou que, caso não haja nenhum impedimento previsto na Lei, que não vê problema nenhum em passar, de agora em diante, este assunto para a sessão a realizar em dezembro.

Fechado o período das intervenções, foi posto este assunto a votação, que mereceu aprovação unânime por parte desta Assembleia Municipal.

5. 4.ª Alteração ao orçamento para 2024, que compreende a 1.ª alteração permutativa ao orçamento da receita. Tomada de conhecimento.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, caso pretendessem fazê-lo, inscrevendo-se o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** disse que, gostava de perceber do que se trata, porque não conseguiu chegar a nenhuma conclusão, solicitando que, se possível, o Executivo Municipal lhe fizesse um resumo a esse respeito.

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou que, houve uma alteração ao orçamento de Estado para este ano, que dizia que o excedente dos municípios que participavam nos impostos era tudo receita de capital, e neste momento o orçamento de Estado permite que seja 50% da receita de capital, e 50% da receita corrente. Assim sendo, a Presidente da Câmara propôs que os duodécimos que estão a ser transferidos, ou seja, € 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil euros), afirmando que, isto é um proforma contabilístico, metade seja a receita corrente e metade seja receita de capital, e que, esta informação veio à Assembleia Municipal apenas para dar conhecimento porque não altera em nada o orçamento já aqui aprovado.

Mencionou que, os € 2.090.000,00 (dois milhões, e noventa mil euros), em vez de serem receita de capital no orçamento, são €1.045.000,00 (um milhão, e quarenta e cinco mil euros) de receita de capital, e 1.045.000,00 (um milhão, e quarenta e cinco mil euros) de receita corrente, elucidando que, por isso é que se diz permutativa.

Uma vez terminadas as intervenções, e tendo todos os membros presentes tomado conhecimento dos documentos respeitantes ao assunto supramencionado, passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

6. Aprovação da modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovia Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 – Terceira modificação ao contrato.



Handwritten signature or initials in blue ink.

Handwritten mark or signature in black ink.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para os membros que assim entendessem interviessem a respeito deste assunto, tendo-se inscrito o Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, transmitiu que continuam sem concurso público, e por isso, ainda não foi entregue a prestação de serviços da recolha de resíduos, e então, a Câmara terá que contratar a prestação de serviços. Referiu que não têm sido colocados mais ecopontos, nem mais caixotes de lixo, nem têm sido mudados caixotes do lixo, porque os serviços estão a ser efetuados por uma empresa, e que, cada vez que há uma alteração aumentam os custos.

Elucidou a esse respeito que, o Executivo Municipal aguarda que seja aberto um concurso para esse efeito da recolha de lixo no Conselho, informando quem vai abrir esse concurso é a empresa Resíduos do Nordeste, com a participação dos Municípios de Miranda do Douro, Vimioso, Bragança e Vinhais.

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela**, Nélio Seixas, lembrou que, na última reunião já tinha alertado sobre uma questão que considera não fazer sentido, referindo que, há um ano enviou essa informação por e-mail, e que, falou pessoalmente com o Executivo Municipal acerca de que há pessoas idosas da sua freguesia que têm de caminhar quatrocentos metros para pôr o lixo nos contentores, ou seja, duzentos metros para cada lado.

Expôs que, há outros contentores que estão muito próximos uns dos outros, e que, talvez se pudesse fazer uma melhor gestão da colocação dos contentores do lixo, ou até, colocar um ou dois novos contentores, para minimizar essa questão.

Considera que é inaceitável, pessoas, sobretudo idosas, terem que fazer quatrocentos metros para colocarem o lixo no contentor.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, é uma situação que tem que ser analisada, e que, quando vierem mais caixotes do lixo, terão que ser colocados mais próximos da residência dessas pessoas, comentando que, não é viável ter um caixote do lixo para cada casa.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dando por terminadas as intervenções, pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, a modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovia Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 – Terceira modificação ao contrato.



SP
A

7. Pedido de colocação de sinalização de trânsito – Rua Nova do Caminho de Prado – Sendim.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem intervierem, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, pelo que, este assunto foi colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes, a colocação de sinalização de trânsito na Rua Nova do Caminho de Prado, na Vila de Sendim.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu uma explicação sucinta acerca do que se trata, dizendo que, é numa travessa que tem pouco mais de quatro metros de largura, sendo que, uma Senhora residente naquele local estacionava o carro nessa travessa, e que, havia um morador em baixo que não conseguia passar com o seu trator nessa travessa.

Explicou que, a Câmara mandou a Proteção Civil analisar essa questão, tendo solicitado à GNR que se dirigissem ao local, assim como, à Associação de Bombeiros Voluntários de Sendim, tendo todos acabado por concluir que se devia proibir o estacionamento naquela rua, colocando, para o efeito, um sinal de proibição, para ter mais segurança, sendo esse o motivo pelo qual este assunto foi trazido a esta assembleia, precisamente para autorizar a colocação do sinal de trânsito.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a colocação de sinalização de trânsito na Rua Nova do Caminho de Prado, na localidade de Sendim.

8. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem intervierem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

Na ausência da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, por motivo de nojo, pelo falecimento de dois familiares, passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer de forma sucinta a respeito da informação supradita.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse a respeito deste assunto, que certamente tiveram oportunidade de ler a informação apresentada pela Sr.^a Presidente da Câmara, e portanto, caso algum dos membros que integram esta Assembleia pretende-se ser esclarecido a respeito de algum assunto a respeito do qual tivesse alguma dúvida, que estaria disponível para esclarecer.



O **Deputado António Santos** referiu que, o documento enviado contém muita informação, e que, alguma dessa informação até lhe parece excessiva, e que, não faria muito sentido estar aí integrada.

Transmitiu que, tem lá outras questões que são importantes, nomeadamente, a questão da Feira dos Sabores, que foi realizada recentemente, sendo que, nesse caso, em vez de só dizer que foi realizada, deveria ter sido feito um pequeno balanço em termos de expositores, em termos do impacto, porque considera que seria importante refletir sobre isso, até pelo impacto que o evento tenha na economia de Miranda do Douro. **CORREÇÃO AQUI**

Referiu que, na página nove da informação apresentada, onde refere a execução orçamental, não vão pronunciar agora sobre a execução orçamental, depois será feita a conta de gerência, e nessa altura analisarão melhor.

Disse que nessa página, acha que será algum lapso ou erro, no resumo que é feito acha que há ali qualquer coisa que não está muito bem, provavelmente algum lapso. Anotou que quando falam das despesas da receita orçamental, da despesa executada, da despesa orçamentada, a despesa executada de treze milhões de euros, que representa 78% da despesa prevista de vinte e três milhões. Portanto, é uma questão de contas, mas, provavelmente será algum lapso, ou que então percebeu mal.

Mencionou que se trata de questões técnicas, e que, provavelmente há algum lapso relativo a isso, mas que qualquer maneira, convém depois corrigir, caso for de corrigir, levantou a questão porque a leitura que fizeram foi muito superficial.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disponibilizou-se para responder às questões colocadas. E iniciou a sua intervenção falando relativamente à Feira de Sabores, disse que, não foi feito aqui esse Balanço, porque na opinião do Executivo, toda a gente viu como a feira decorreu, portanto, esta informação é apenas um resumo do que tem sido feito.

O **Deputado António Santos** perguntou se isso, queria dizer, que correu bem, correu mal, houve muitos expositores, ou se houve bom movimento.

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** respondeu que os expositores vieram apenas os que a Câmara aceitou, referindo que todos sabem, e talvez seja das maiores críticas que o executivo tem tido, é que não vêm, porque não deixam vir expositores de fora a não ser do Planalto, porque a Feira é de Saberes e Sabores, e são criticados porque querem vir expositores de fora, e não têm aberto a vinda de expositores de fora, comentando que, se calhar era uma boa ideia.



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' and 'F' followed by a cross-like mark.

Expôs que estiveram presentes setenta expositores, se calhar seria bom virem expositores fora, mas, como esta feira foi criada com a denominação Saberes e Sabores do Planalto Mirandês, têm mantido. Referiu que eventualmente quando for realizada a Feira da Bola Doce abrirão para alguns expositores de fora, porque devido a não o permitirem estão sempre a ser criticados, e os expositores do concelho também ambicionam participar nas feiras de outros concelhos, e que, se calhar têm alguma razão.

Quanto à afluência de público, transmitiu que se comentava que nunca antes tinha visitado o evento como neste ano. Disse que, os expositores se mostravam satisfeitos, porque tinha corrido bem, tinham vendido o produto todo, e estavam contentes.

Fez alusão à exposição das raças autónomas, relativamente ao que toda a gente acha que é excelente. Também mencionou que, foram realizados dois concertos, talvez não tenham sido os concertos que gostariam de ter, mas, foram os possíveis. Transmitiu que o executivo tem uma ideia do dinheiro que a feira deixou.

Referiu que a tenda que foi contratada custou ao município quinze mil euros, mais IVA, mas destina-se a acolher as duas Feiras, a Feira dos Sabores, e a Feira da Bola Doce.

Quanto ao valor pago pela contratação dos artistas disse que são públicos, na primeira noite, sexta-feira, decorreu o concerto da Fadista, Ana Lains, que cobrou um valor simbólico, porque fez mesmo questão de vir aqui e Miranda, e foi recebida com todo o gosto, por causa da Língua Mirandesa, apenas foi pago o valor da estadia e das refeições, cerca de três mil e oitocentos euros. No sábado, o concerto do Domingues, ficou em oito mil e quinhentos euros, mais IVA, totalizando dez mil euros.

Os nossos paliteiros, que vieram aqui atuar, receberam por atuação quatrocentos euros, a cada grupo, e mesmo quando vão para fora recebem quatrocentos euros e damos transporte.

Referiu que, recentemente os pauliteiros foram atuar a Figueira de Castelo Rodrigo, e a Freixo de Estada à Cinta e pagaram-lhe os mesmos quatrocentos euros.

Considera que esta feira trouxe um retorno para o Concelho, cerca de quinhentos mil euros. Compareceram setenta expositores, a uma média de três mil euros, dá duzentos e dez mil euros. Os serviços de restauração e as dormidas, as montarias, estas, custaram ao município dezassete mil, e duzentos e cinquenta euros, distribuídos pelos dias em que ouve montarias cabem oito mil e quinhentos euros a cada montaria, e por dia.

Referiu que, a exposição das raças autóctones ficou ao município em cerca de mil euros.



Mencionou que as pessoas fazem comentários, dizendo que o Executivo faz muitas festas, que se gasta muito dinheiro, mas, considera que o dinheiro que o município gasta e atendendo ao retorno que traz, não é assim tão desvantajoso para o Conselho.

Terminado o período das intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Executivo Municipal para dar resposta às questões colocadas relativamente à informação remetida a este órgão deliberativo, alusiva à atividade dos serviços da Câmara Municipal, no período compreendido entre o dia 5 de dezembro 2023 e o dia 16 de fevereiro 2024, a respeito da que todos os membros se consideraram informados.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a reunião eram onze horas.

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão


